

Início

A Fundação Relictos

Legislação Ambiental

Políticas Ambientais

Projetos Executados

Denúncias Ambientais

Links Recomendados

NOTÍCIAS 147

Como anda a Cobrança pelo Uso da Água no Doce?

Data: 10 / 04/ 2013.



Re-vegetação de área degradada.

O ano de 2012 foi marcado pela implantação da cobrança pelos recursos hídricos, um dos instrumentos de gestão disponível para que tenhamos água em quantidade e qualidade para nossa sobrevivência e a das gerações futuras na bacia do Rio Doce, composta por 6 comitês de bacias Mineiras, 3 do Espírito Santo e 01 Federal que pactuaram uma gestão compartilhada e participativa dos recursos hídricos.

As previsões iniciais de arrecadação não se efetivaram, basicamente causada pelo recadastramento de usuários e de suas outorgas. Nova realidade se desenhou na bacia do Doce. A arrecadação Federal inicialmente maior que a do estado de Minas Gerais ficou bem abaixo.

Para as bacias Capixabas não havia previsão de arrecadação, já que o estado ainda não possui legislação ambiental que preveja a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Foram arrecadados 21 milhões de reais em 2012 sendo 8 milhões de domínio Federal e 13 de domínio do Estado de Minas Gerais e a Bacia do Rio Piracicaba, da qual fazemos parte, contribuindo com 56 % da arrecadação total.

Os recursos arrecadados estão sendo aplicados integralmente na bacia de origem de acordo com a legislação de recursos hídricos e o PAP – Plano de Aplicação Plurianual elaborado e aprovado pelos comitês da Bacia do Rio Doce. O Plano prioriza a aplicação dos recursos no Programa de Saneamento da Bacia e no Programa de Universalização do Saneamento. Outras ações e programas também constam do PAP tais como o Programa Produtor de Água que prevê a recuperação de mananciais de abastecimento de zonas urbanas que atendam uma população acima de 5.000 habitantes. O manancial escolhido como piloto na região do alto rio Doce esta localizado na Bacia do Rio Piracicaba na cidade de Itabira, no médio rio Doce foi escolhido o manancial do córrego Santo Estevão em Iapu.

Dificuldades se apresentam pelo caminho que estamos trilhando para que a Bacia do Doce se transforme em modelo de gestão dos recursos hídricos. A mais importante delas talvez seja o estabelecimento de um relacionamento fraterno entre comitês, que respeite as individualidades e preserve a autonomia de todos os comitês, mas sempre buscando o consenso e participação entre as partes.

Esperamos que as nuvens negras que cobrem a bacia sejam de chuvas, chuvas boas que trazem a vida. Não podemos aceitar retrocessos e nem que grupos de interesse se apropriem da gestão participativa e compartilhada dos Recursos Hídricos da Bacia do Doce.

